



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de fornecimento de serviço continuado de acesso dedicado de link principal de acesso à Internet para o parque computacional da Prefeitura Municipal de Parauapebas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Acesso dedicado a Internet de 5 Gbps/mês	Mês	12	R\$ 53.123,19	R\$ 637.478,28

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, tratando-se de serviço contínuo, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos de vigência total.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Informamos que o objeto da contratação mencionado ainda não consta no Plano de Contratações Anual, pois o referido plano encontra-se em fase de elaboração. Dessa forma, os dados relacionados ao ID do PCA no PNCP, data de publicação, ID do item, classe/grupo



e identificador da futura contratação serão devidamente preenchidos e informados após a finalização do processo de elaboração e aprovação do PCA.

2.3. Da Legislação:

2.3.1. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos;

2.3.2. Lei nº 8.078, de 11.09.90 - Código de Defesa do Consumidor;

2.3.2. Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações posteriores, que institui o Estatuto Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

2.3.3. Decreto Federal 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.4. Demais exigências deste Edital e seus Anexos;

2.3.5. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações (LGT)

2.3.6. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet

2.3.7. Resolução nº 614, de 28 de março de 2013 – ANATEL

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de serviço de link principal de acesso dedicado à Internet, integrado à infraestrutura de tecnologia da informação existente da Prefeitura Municipal de Parauapebas, compondo, de forma conjunta e complementar, o modelo de conectividade institucional baseado em alta disponibilidade, redundância e desempenho contínuo.

3.2. A solução, considerada em sua totalidade, abrange não apenas o fornecimento de conectividade, mas também a implantação do enlace via fibra óptica, o fornecimento e a configuração dos equipamentos necessários, o monitoramento permanente do serviço, bem como o suporte técnico especializado em regime 24x7, assegurando a plena operação do serviço durante toda a vigência contratual.



3.3. O link principal contratado será responsável por suportar o tráfego predominante de dados do parque computacional municipal, operando de forma integrada ao link redundante já existente, de modo a garantir continuidade operacional, resiliência da rede e mitigação de riscos de indisponibilidade. Essa arquitetura assegura que, em caso de falha, degradação ou interrupção do link principal, o acesso à Internet seja mantido por meio da solução de contingência, preservando a operação dos sistemas críticos.

3.4. A solução como um todo foi dimensionada para atender às necessidades atuais e futuras da Administração, considerando o volume de tráfego, a interligação de unidades administrativas, a utilização intensiva de sistemas corporativos e em nuvem, bem como os projetos de expansão da conectividade, assegurando escalabilidade e desempenho adequado ao longo da vigência contratual.

3.5. Dessa forma, a solução adotada apresenta-se tecnicamente adequada, economicamente racional e alinhada às boas práticas de governança de tecnologia da informação, garantindo eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e suporte às atividades essenciais da Prefeitura Municipal de Parauapebas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Empresas que atendam as normas dos órgãos de Meio Ambiente.

Compete à contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente, a saber:

I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;



II - Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que são definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Prefeitura, pelos eventuais prejuízos causados.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Não se aplica

4.4. Da exigência de carta de solidariedade

Não se aplica

4.5. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de um serviço que, por sua natureza, não admite fracionamento, pois tal prática comprometeria a continuidade, a manutenção, e o gerenciamento eficiente do serviço, além de colocar em risco a qualidade e a regularidade do fornecimento.

4.6. Garantia da contratação

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.8. Consórcio:

4.8.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração Pública poderá, mediante justificativa técnica e motivação expressa, admitir ou vedar a participação de empresas reunidas em consórcio. No presente caso, **fica expressamente admitida a participação de empresas em consórcio no certame**, observadas as disposições legais e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.8.2. A admissão de consórcios fundamenta-se na busca pela ampliação da competitividade e pela possibilidade de participação de empresas que, de forma isolada, possam não reunir integralmente todas as condições técnicas, operacionais ou econômico-financeiras exigidas, mas que, em conjunto, apresentem plena capacidade de execução do objeto.

4.8.3. Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de link de internet de acesso principal dedicado, admite-se que a conjugação de competências entre empresas possa contribuir para o aprimoramento da execução contratual, especialmente no que se refere à redundância de infraestrutura, abrangência de cobertura, capacidade de atendimento e suporte técnico especializado.

4.8.4. As empresas consorciadas deverão apresentar compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todos os participantes, indicando a empresa líder, que será a responsável pela representação do consórcio perante a Administração, bem como pela coordenação das atividades e pelo cumprimento das obrigações contratuais.

4.8.5. As empresas integrantes do consórcio responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da participação no certame e da execução do contrato, nos termos da legislação vigente.

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



4.8.6. Cada empresa consorciada deverá comprovar, individualmente, sua regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, bem como atender às exigências de habilitação na forma estabelecida neste edital, admitindo-se o somatório de capacidades técnicas e econômico-financeiras, quando pertinente, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.8.7. É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio, bem como sua participação isolada no certame quando integrar consórcio, sob pena de desclassificação em todos os casos.

4.8.8. A admissão de consórcios observa os princípios da competitividade, isonomia, eficiência e interesse público, possibilitando maior amplitude de participação e potencial melhoria das condições da proposta, sem prejuízo da segurança jurídica e da adequada execução contratual.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO

5.1. Considerando a necessidade de garantir a segurança, disponibilidade e continuidade dos sistemas, acessos e serviços publicados, e tendo em vista que a solução será estruturada com redundância ativa, o ITEM refere-se à contratação de link de internet de acesso principal dedicado, o qual deverá operar de forma integrada ao link de contingência já existente, assegurando alta disponibilidade, balanceamento e continuidade dos serviços

5.2. Para fins de garantia de resiliência da infraestrutura, deverá ser observada a independência lógica e física entre o link principal e o link de redundância, de modo a mitigar riscos de indisponibilidade simultânea, sendo recomendável que sejam providos por operadoras distintas ou por infraestruturas tecnicamente segregadas, sempre que possível.

5.3. A solução adotada deverá contemplar mecanismos que assegurem comutação automática (failover) e/ou balanceamento de carga, garantindo a continuidade dos serviços em caso de falhas no link principal, em conformidade com os níveis de serviço (SLA) estabelecidos no Termo de Referência.

5.4. Essa restrição visa evitar a adjudicação de ambos os links licitados à mesma empresa, promovendo a segregação dos fornecimentos. Essa abordagem reforça a confiabilidade e a acessibilidade do serviço, garantindo maior segurança operacional.

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



5.5. O serviço de acesso à internet, será efetuado com o emprego de link de comunicação de dados fornecido pela **CONTRATADA**, de uso dedicado e exclusivo, entre a Rede de Dados da CONTRATANTE e a rede mundial de computadores – Internet, ficando a **CONTRATADA obrigada a manter múltiplas conexões com a internet** e a fornecer todo e qualquer componente necessário ao pleno estado de funcionamento do serviço. As especificações técnicas definidas neste anexo são de caráter obrigatório, e o não atendimento a qualquer uma das características e/ou quantidades mínimas especificadas constitui fundamento para desclassificação das propostas.

5.6. O objeto deverá ser executado todos os dias (24x7x365), ininterruptamente.

5.7 Os links de comunicação de dados contratados deverão funcionar em conjunto entre si. Cada link funcionará como contingência ativa do outro, devendo cada um estar conectado em uma rede de operadora com infraestrutura de comunicação independente da outra Contratada, inclusive com ASNs (Autonomous System Number - Número de Sistema Autônomos) distintos, a fim de possibilitar total redundância na conexão à Internet;

5.8 Redundância Física: A CONTRATADA deve manter no mínimo duas rotas de chegada do link de internet em seu Backbone na cidade de Parauapebas, sendo obrigatoriamente via fibra óptica;

5.9. Redundância Física ao Data Center da Prefeitura: Para entrega de link ao Data Center da Prefeitura, deverá ser fornecido circuito com conectividade direta à INTERNET, através de acesso dedicado utilizando dupla abordagem de fibra óptica em anel, portas IP exclusivas no roteador de borda na CONTRATADA;

5.10. Redundância Lógica: A CONTRATADA deverá manter a capacidade de fornecimento compatível com os exigidos, por no mínimo duas operadoras distintas, devendo o serviço de acesso ser entregue no Data Center da CONTRATANTE, provendo através de protocolo de roteamento BGP, balanceamento de carga e anúncio de rotas por no mínimo duas operadoras, que poderão ser verificados através do site: <https://bgp.he.net/>.

5.11. A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado e não deve incluir a taxa de overhead de protocolos até a camada 2 do modelo OSI;



5.12. A velocidade contratada deverá ser garantida com disponibilidade de 100% da banda contratada, full duplex e com velocidades simétricas, ou seja, velocidade de download igual à de upload;

5.13. A Contratada deverá permitir a publicação e o roteamento, dentro de sua rede, do “Autonomous System” (AS) número 263859, e do bloco de endereçamento a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

5.14. Prover e implementar, quando solicitado pela CONTRATANTE, toda a configuração relacionada ao protocolo BGP, em conformidade com a respectiva RFC (“Request for Comment”), incluindo configuração de vizinhança e circuito;

5.15. Deverão estar inclusos na solução todos os recursos de conectividade, tais como: Transceiver e outros correlatos, bem como a infraestrutura para instalação dos equipamentos de transmissão necessária à prestação dos serviços.

5.16. A rede de energia elétrica, o sistema de aterramento, condicionamento de ar e segurança física no data center é de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

5.17. As fibras ópticas que forem utilizadas até a caixa de atendimento da CONTRATANTE, deverão ser apropriadas para uso externo;

5.18. A **CONTRATADA** deverá prestar serviço de gerenciamento incluindo a disponibilização de uma “Central de Atendimento” para rápida resposta às falhas/incidentes.

5.19. O serviço de acesso à internet deve ser prestado seguindo o conjunto de capacitações definidas conforme padronização internacional de protocolos e funções específicas para o mesmo.

5.20. O link de internet deve ser entregue puro, sem bloqueios por firewall, traffic shaping, cache ou qualquer tecnologia ou técnica que altere a neutralidade e isonomia da conexão.

5.21. MONITORAMENTO DO SERVIÇO

5.21.1. A **CONTRATANTE** deverá monitorar por meio de aplicativo para acesso através de interface Web que permita o monitoramento de tráfego “on-line” no enlace e informações sobre performance e utilização dos links, para acesso em tempo real, incluindo gráficos



históricos que demonstrem as tendências e os horários de maior/menor utilização com resumo de tráfego de saída e de entrada semanal, mensal e anual.

5.22. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

5.22.1. O acordo de nível de serviço (SLA) visa garantir que os serviços contratados sejam prestados pela **CONTRATADA**, em grau mínimo de eficiência e qualidade exigido pela CONTRATANTE.

5.22.2.A **CONTRATADA** será responsável pelo cumprimento e medição dos índices estabelecidos neste item que serão auditados pela CONTRATANTE durante todo o prazo de vigência do contrato, e que poderão ser revistos, a qualquer tempo, com vistas à melhoria ou ajustes na qualidade dos serviços prestados.

5.22.3. As inoperâncias e/ou indisponibilidade do serviço, no todo ou em parte, que não seja de responsabilidade da **CONTRATANTE**, devem gerar descontos na fatura correspondente ao serviço não prestado, proporcional ao tempo de sua não prestação.

5.22.4. A **CONTRATADA** deverá garantir disponibilidade dos serviços que serão calculados a cada período de um (1) mês através da seguinte equação:

$$D = \frac{T_o - T_i}{T_o}$$

Onde:

D = disponibilidade;

To = período de operação (1 mês), em minutos;

Ti = tempo total de indisponibilidade circuito de acesso, ocorrida no período de operação (1 mês), em minutos.

5.22.5. O índice de disponibilidade mínima no período de um (1) mês deverá ser de 99% (aproximadamente 438 minutos parados por mês).

5.22.6. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção registrada no centro de atendimento/supervisão da **CONTRATADA** ou a partir da



comunicação de interrupção, feita pela CONTRATANTE, até o restabelecimento do serviço às condições normais de operação e a respectiva informação a **CONTRATANTE**;

5.22.7. No cálculo de disponibilidade, não serão consideradas as interrupções programadas e aquelas de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

5.22.8. A contratada deverá prestar os serviços de suporte técnico e manutenção do circuito e equipamentos de borda da CONTRATANTE, garantindo a alta disponibilidade e o bom funcionamento dos serviços contratados, disponibilizando atendimento de técnico local, devidamente qualificado e credenciado.

5.22.9. A perda de pacotes deverá ser inferior a 0,5 milissegundos das medidas efetuadas, contabilizadas mensalmente, entre o roteador instalado nas dependências da **CONTRATANTE** e a interface do roteador de borda localizado nas dependências da **CONTRATADA** imediatamente após o roteador instalado nas dependências da CONTRATANTE (next-hop). Serão utilizadas janelas de 5 minutos para medir a perda de pacotes. Não será considerada perda de pacotes se:

5.22.10. For causada por volume de tráfego que exceda a largura de banda contratada no enlace de comunicação de dados entre a CONTRATANTE e a **CONTRATADA**;

5.22.11. Se o pacote for explicitamente descartado para evitar um ataque de DoS ou DDoS.

5.22.12. Os Acordos de Níveis de Serviço deverão ser atendidos conforme os prazos e métricas estabelecidos e a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades por descumprimento de SLA:

ITEM	SLA	PENALIDADE
Disponibilidade do link de dados para a Internet	99% (Mensal)	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura por cada 0,5% (meio por cento) de disponibilidade abaixo do limite de 99%. Ex1: disponibilidade mensal de 98%, desconto de 6% do valor mensal da fatura.



Perda de Pacotes	> 0,5 milissegundos (Mensal)	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura pela perda de pacotes superior ao limite de 0,5 milissegundos com acréscimo de mais 3% por cento para cada 0,5 milissegundo adicional de perda de pacotes. Ex1: média de perda de pacote mensal de 2 milissegundo, desconto de 9% do valor mensal da fatura.
Tempo para Atendimento de Chamado / Sinistro	1 uma hora a partir da formalização do problema pela PMP ou da identificação pela CONTRATADA	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura do serviço de acesso à internet, por cada hora de atraso no prazo para atendimento, a partir de 1 hora da abertura da ordem.
Tempo para Resolução de Chamado / Sinistro	4 horas a partir da formalização do problema pela PMP ou da identificação pela CONTRATADA	3% (três por cento) sobre o valor mensal da fatura do serviço, por cada hora de atraso no prazo para resolução do chamado / problema / sinistro.

5.22.13. O prazo para início do fornecimento será de 5 (cinco) dias após o recebimento da Requisição/Autorização de Serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Para a aquisição em tela será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e da Proposta de Preços da empresa considerada vencedora.

8. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADO(AS):

8.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidores da Secretaria Especial de Governo, nomeados através de portaria.

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

8.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido



pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste TERMO DE REFERÊNCIA e em sua proposta;

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.6 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentraram o órgão para a execução do serviço;

9.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



9.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.10 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10. DA GARANTIA

10.1. A Contratada se compromete a assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos e garantindo as condições mínimas de qualidade na execução dos serviços. O não cumprimento dessas obrigações sujeitará a Contratada às penalidades previstas no contrato.

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



10.2. O atendimento de garantia deverá ser fornecido ao longo de toda a vigência contratual, abrangendo integralmente a solução implementada. Esse atendimento deverá ocorrer nos locais indicados pela Contratante, sendo realizado diretamente pela Contratada ou, se necessário, por Assistência Técnica Autorizada, conforme as especificações e exigências do contrato.

11. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

Considerando o consignado no inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021, informo que por ser possível que os padrões de desempenho e qualidade sejam objetivamente previstos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, os bens ora especificados são considerados comuns.

12. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

12.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

12.6 Notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa;

12.7 Proporcionar à CONTRATADA, todas as condições necessárias à perfeita realização dos serviços objeto do contrato;

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



12.8 Comunicar à CONTRATADA, qualquer ocorrência, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;

12.9 Colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias à execução dos serviços;

12.10 Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança da Administração e endereço de cobrança;

12.11 Informar à CONTRATADA sobre atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;

12.12 Avaliar o serviço prestado pela CONTRATADA;

12.13 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

12.14 Receber o objeto do certame prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas; e, manter a guarda, segurança e conservação dos equipamentos franqueados;

12.15 Repor à CONTRATADA os equipamentos que por ventura sejam extraviados ou danificados por mal uso;

12.16 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

13.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



- 13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.3.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.1.4. Fraudar a licitação;
- 13.1.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.5.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.5.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.5.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 13.1.6. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. Multa;
 - 13.2.2. Impedimento de licitar e contratar;
 - 13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



13.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato;

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4 a 13.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

13.5. As sanções de multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme o caso.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1 a 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência das infrações previstas nos itens 13.1.4 a 13.1.7, bem como nas hipóteses dos itens 13.1.1 a 13.1.3 quando justificarem penalidade mais grave, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à imediata perda da garantia de proposta.

13.10. A apuração de responsabilidade relativa às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade demandará a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

13.12. Caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

13.13. As intimações serão realizadas preferencialmente por meio eletrônico:

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



- 13.13.1. Não havendo resposta, será realizada intimação via Correios com AR;
- 13.13.2. Frustradas as tentativas, será realizada publicação no Diário Oficial;
- 13.13.3. Os comprovantes deverão ser juntados ao processo;
- 13.13.4. A defesa e recursos deverão ser devidamente certificados quanto à tempestividade;
- 13.13.5. A empresa garantidora deverá ser notificada, quando houver garantia contratual.
- 13.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final.
- 13.15. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Justificativa do Critério de Julgamento – Menor Preço por Item

A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item mostra-se adequada para a presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de acesso dedicado à internet com capacidade de 5 Gbps/mês, pelo período de 12 (doze) meses, caracterizando-se como serviço comum de natureza continuada, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

O serviço de link dedicado à internet possui especificações técnicas padronizadas no mercado, tais como garantia de banda, baixa latência, disponibilidade mínima (SLA) e suporte técnico especializado, permitindo a comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da qualidade da prestação.

A escolha do menor preço por item possibilita à Administração selecionar a proposta mais vantajosa de forma objetiva e transparente, assegurando economicidade, ampla competitividade e isonomia entre os participantes, desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos exigidos no edital.

Adicionalmente, a contratação por item único (acesso dedicado de 5 Gbps) não demanda agrupamento em lote, uma vez que se trata de solução indivisível sob o ponto de vista técnico, sendo plenamente possível a competição entre empresas do setor de telecomunicações aptas a fornecer o serviço em sua integralidade.



Dessa forma, o critério adotado está alinhado aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e julgamento objetivo, garantindo à Administração a contratação da proposta mais vantajosa, sem comprometer a qualidade e a continuidade dos serviços essenciais de conectividade.

Exigências de habilitação

14.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos referente a Qualificação Técnica:

14.3. Atestado(s) de capacidade técnica que comprove o fornecimento mensal de SCM - SERVIÇOS de COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA, exclusivamente POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA, com VELOCIDADE de 50% (cinquenta por cento) da velocidade constante no item 01, objeto deste certame, equivalente a 2,5 Gbps.

Justificativa da exigência de capacidade técnica

A exigência de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) o fornecimento mensal de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), exclusivamente por meio de fibra óptica, com velocidade mínima correspondente a 50% (cinquenta por cento) da velocidade prevista no objeto (2,5 Gbps), encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 67, que autoriza a Administração a exigir comprovação de aptidão técnica compatível com o objeto a ser contratado.

A referida exigência visa assegurar que a licitante detenha experiência prévia na prestação de serviços com características técnicas semelhantes, especialmente quanto à alta capacidade de transmissão de dados, estabilidade, baixa latência e utilização de infraestrutura em fibra óptica, elementos essenciais para a adequada execução do objeto.

A definição do percentual mínimo de 50% da capacidade demandada observa o princípio da proporcionalidade, evitando restrições indevidas à competitividade, ao mesmo tempo em que garante que a empresa possua capacidade técnica comprovada para operar em níveis compatíveis com a complexidade do serviço a ser contratado.

Ademais, a exigência de fornecimento por meio de fibra óptica justifica-se pela necessidade de assegurar maior confiabilidade, desempenho e qualidade do serviço, considerando que essa tecnologia é amplamente reconhecida como padrão para conexões de alta capacidade e baixa latência, sendo indispensável para atender às demandas críticas da Administração Pública.

Importante destacar que a exigência não se mostra excessiva ou restritiva, mas sim adequada e necessária para resguardar o interesse público, garantir a continuidade dos serviços e mitigar riscos de inexecução contratual, estando em conformidade com os princípios da razoabilidade, competitividade, eficiência e julgamento objetivo.

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnica nos moldes estabelecidos revela-se pertinente, proporcional e devidamente fundamentada na legislação vigente.

14.3.1. Será admitida, para atingimento dos quantitativos fixados, a soma de atestados.

14.4. TERMO DE AUTORIZAÇÃO para a prestação do Serviço de Sistema de Comunicação de Multimídia - SCM, outorgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos da lei em vigor.

14.5. Comprovação de que a licitante possui, em seu corpo técnico permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, nas áreas de Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica ou áreas correlatas, **admitindo-se**, ainda, profissional vinculado a outro conselho de classe legalmente competente, desde que com atribuições técnicas compatíveis com o objeto da contratação, nos termos da legislação vigente.

14.6. Comprovação de que a licitante possui registro ou inscrição válida e regular junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, ou em outro conselho de classe competente, desde que legalmente habilitado para fiscalizar atividades relacionadas à prestação de serviços de telecomunicações e redes de dados, dentro do prazo de vigência.

14.7. Redundância Física

A Licitante deverá comprovar que possui **duas rotas físicas distintas de chegada do link de internet em seu Backbone na cidade de Parauapebas**, sendo:

- a) **Rota Primária e Rota Secundária**, ambas **obrigatoriamente implantadas por meio de fibra óptica**;
- b) As rotas deverão ser **fisicamente independentes**, não compartilhando o mesmo trajeto, dutos, postes, caixas de passagem ou quaisquer outros elementos críticos que possam caracterizar ponto único de falha;
- c) A licitante deverá **comprovar formalmente a capacidade de prover redundância física real**, por meio de **no mínimo dois circuitos distintos**, entregues em seu Backbone, aptos a manter a continuidade do serviço em caso de falha total de uma das rotas.



§1º A comprovação da redundância física deverá ser realizada mediante a apresentação de **documentação técnica**, podendo incluir, isolada ou cumulativamente:

I – Diagrama lógico e físico da solução de rede, evidenciando as duas rotas distintas; II – Memorial descritivo sucinto da infraestrutura de acesso; III – Declaração técnica assinada por profissional habilitado, integrante do corpo técnico da licitante ou formalmente vinculado a esta.

§2º Caso alguma das rotas, circuitos ou segmentos de infraestrutura **não seja de propriedade da licitante**, esta deverá apresentar **Contratos de Prestação de Serviços, acordos de cessão de capacidade, compartilhamento de infraestrutura, interconexão ou documentos equivalentes**, e/ou **Notas Fiscais**, que comprovem o vínculo formal e a efetiva disponibilidade da infraestrutura necessária à prestação do serviço.

14.8. Redundância Lógica

A Licitante deverá apresentar documentos que **comprovem a capacidade de fornecimento compatível com os requisitos do objeto**, por meio de **no mínimo duas operadoras distintas**, observando-se que:

- a) O serviço de acesso à internet deverá ser entregue no **Data Center da CONTRATANTE**, exclusivamente por meio de **fibra óptica**;
- b) A solução deverá prover **redundância lógica real**, por meio da utilização de **protocolo de roteamento BGP (Border Gateway Protocol)**, com **balanceamento de carga e anúncio de rotas simultâneo por, no mínimo, duas operadoras distintas**;
- c) A licitante deverá comprovar que possui **capacidade técnica para operação em ambiente multihomed**, com autonomia de roteamento compatível com a solução proposta.

§1º A comprovação da redundância lógica poderá ser realizada por meio da apresentação, isolada ou cumulativa, dos seguintes documentos:

I – Registro de **ASN (Autonomous System Number)** próprio ou comprovação formal de uso autorizado;

II – Declarações técnicas das operadoras envolvidas; III – Contratos de prestação de serviços, cessão de capacidade, trânsito IP ou documentos equivalentes;



IV – Notas Fiscais emitidas em favor da licitante, relativas aos serviços essenciais à operação do BGP e da redundância lógica.

§2º As informações relativas ao anúncio de rotas e às operadoras utilizadas **poderão ser verificadas pela Administração**, a qualquer tempo, por meio de consulta pública no sítio eletrônico: <https://bgp.he.net/>, ou ferramenta equivalente.

§3º Caso os serviços de trânsito IP, interconexão, backbone ou operação BGP **não sejam integralmente próprios da licitante**, esta deverá comprovar documentalmente a **existência de vínculo contratual válido**, vigente na data da sessão do pregão ou compatível com o período de execução contratual.

14.9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.9.1. Forma, Prazo e Condições de entrega:

14.9.1.1 O prazo máximo para início da execução será de 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviços.

14.9.2. Os serviços deverão serem executados obedecendo a seguinte periodicidade:

14.9.2.1. O objeto deverá ser executado todos os dias (24x7x365), ininterruptamente.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa, contado a partir do adimplemento da obrigação.

15.2 No caso de a(s) nota(s) fiscal(s)/fatura ser(em) emitida(s) e entregue(s) à SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO DE PARAUAPEBAS em data posterior à indicada no item anterior será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

15.3 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-



se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à SEGOV.

15.4 O pagamento de cada obrigação será realizado a partir da apresentação da nota fiscal/fatura atestada pela autoridade competente ou servidor designado, no período de até 30 (trinta) dias, de acordo com as medições dos serviços executados e aprovados e em consonância com a respectiva disponibilidade orçamentária, observadas as condições da proposta adjudicada e da ordem de serviço emitida. Itens de implantação podem ser pagos após ordem de serviços dos itens.

15.5 As medições realizadas somente serão consideradas em condições de ser faturada pela CONTRATADA e aprovadas pela SEGOV, após os ajustes necessários das rejeições, caso houver, apontadas pela Comissão de Fiscalização. Estas deverão vir acompanhadas das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

15.6 A Fiscalização da SEGOV somente atestará a execução dos serviços e liberará a nota fiscal/fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e aprovadas.

15.7 A SEGOV reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

15.8 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

15.9 A SEGOV poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Processo.

15.10 A SEGOV pagará a(s) nota(s) fiscal (is)/Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.



15.11 A CONTRATADA deverá fazer constar na nota fiscal/fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número da nota de empenho, o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência.

15.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela SEGOV entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \Rightarrow I = (6/100)/365 \Rightarrow I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

15.13 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente, devida pela SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, de acordo com os termos deste Edital e do contrato.

15.16 ATESTAÇÃO DAS NOTAS

15.16.1. A atestação das notas fiscais correspondentes à execução do Contrato caberá a SEGOV ou ao servidor designado para esse fim.

16. REAJUSTE DE PREÇOS

16.1 Caso o contrato esteja em vigor depois de transcorridos 12 (doze) meses da data do orçamento de referência, poderá ser admitido o reajuste dos preços, nos termos da lei, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de março de 2024-CGM, aplicando-se o IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) havendo interesse das partes, desde que solicitado pelo contratado.

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



16.2 Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, devidamente justificado e concordado entre as partes, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato a ser firmado poderá ser alterado, **no que couber**, nos casos previstos no artigo 124 a 125 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, com as apresentações das devidas justificativas adequadas.

18. DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

18.1 No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato, **no que couber**, poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125, inciso I e II do artigo 124 da Lei n.º 14.133/21.

18.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

18.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Horário de atendimento ao público: Das 08h00 às 14h00

Endereço: Av. Tupinambá, Qd. 49, Lt. 20, Parque dos Carajás

E-mail: segov@parauapebas.pa.gov.br (solicitações administrativas)

E-mail: informatica@parauapebas.pa.gov.br



O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 637.478,28 (seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos)

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes do contrato correrão à conta do orçamento vigente, conforme indicação de dotação orçamentária indicada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Parauapebas-PA, 13 de maio de 2026.

Responsável Técnico:

JONADABE SERRA CARNEIRO
ANALISTA DE SISTEMAS
matricula: CT-69881

Ciente:

LEONARDO DE MEDEIROS
Diretor DTIC
Portaria 001/2025/SEGOV